



PROCESSO 19.0.000002220-1
INTERESSADO ESMAT
ASSUNTO PROJETO BÁSICO

Projeto Básico Nº 26 / 2019 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT/DAFESMAT

SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE RQ.06.2
PROJETO BÁSICO REV. 00

1. DO OBJETO

Contratação de instrutor para realização do Curso **Improbidade Administrativa I** para os alunos da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Estado de Direito e Combate à Corrupção – Turma II do Poder Judiciário Tocantinense.

2. JUSTIFICATIVA DA SINGULARIDADE DO OBJETO E A NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

a) O fenômeno da *Criminalidade Organizada* ocupa, na atualidade, o cerne dos debates de ordem acadêmica e profissional, assumindo, na conjuntura brasileira, posição de destaque no plano das discussões levadas a efeito pela sociedade.

O curso discutirá profundamente a temática da Improbidade Administrativa, com foco na Lei nº

8.429, de 1992, suas principais diretrizes, as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito, os atos de improbidade administrativa, entre outros.

Conforme disposto no site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na expressão popular, corrupção é uma palavra utilizada para designar qualquer ato que traga prejuízos à Administração Pública. No entanto, os conceitos de corrupção, improbidade administrativa e crimes contra a administração pública são diferentes e, se mal empregados, podem levar a conclusões equivocadas.

O principal motivo da confusão, como disposto no referido site se dá porque um mesmo cidadão pode ser punido nos termos da lei penal, incidindo também sanções disciplinares e perante a justiça cível.

Os atos que importam em improbidade administrativa estão previstos na Lei nº 8.429, de 1992. Caracterizam-se por dano ao erário, enriquecimento ilícito e violação aos princípios administrativos.

A Lei de Improbidade Administrativa define enriquecimento ilícito como o ato de “auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades públicas”.

As ações de improbidade se referem, por exemplo, a um funcionário que recebeu dinheiro ou qualquer vantagem econômica para facilitar a aquisição, permuta ou locação de um bem móvel ou imóvel, a contratação de serviços pela administração pública, ou ainda a utilização de veículos da administração pública para uso particular.

Outro tipo de enriquecimento ilícito seria receber dinheiro para tolerar a prática de jogos de azar, prostituição ou narcotráfico.

Também está incluída no conceito de improbidade administrativa a violação de princípios da administração pública, condutas que violem o dever de honestidade, como, por exemplo, fraudar um concurso público, negar a publicidade de atos oficiais ou deixar de prestar contas quando se tem a obrigação de fazê-lo.

Discutir sobre improbidade administrativa é de grande relevância ao se debater a temática da corrupção, considerando-se que, como informado, tais práticas se relacionam, mas não são sinônimas.

Dessa forma, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense oferta aos alunos o presente curso, resultado da fusão de conhecimentos teóricos e práticos voltados a um estudo denso e solidificado da referida temática.

b) Este é um curso específico para um público peculiar, em razão do que foi buscada um instrutor com perfil e habilitação adequada para atender a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, sendo a razão pela qual é indicada a contratação da Professora com notória especialização na área de cursos e treinamentos que conta com larga experiência como a **Professora Doutora Márcia Noll Barbosa**.

c) A Professora Márcia Noll Barbosa é Procuradora Regional da República (PRR – 3ª Região). Investigadora certificada, pela Association of Certified Fraud Examiners, 2015. Mestre e Doutora em Direito, com pesquisa pós-doutoral na Universidade Panthéon-Sorbonne, Paris, 2010-2013. Diversos estudos e publicações na área de

Ética Pública e Combate à Corrupção. Colaboradora na ONU e na Unesco, 2010-2015, nas áreas de Modernização da Administração Pública Regime dos Funcionários Internacionais e Investigação de Fraudes e outros desvios funcionais. Fonte: Evento nº 1290669 – autos SEI nº 17.0.00000126-0.

d) Tendo em vista que o Tribunal de Contas da União, em decisão 439/1998 - Plenário considerou "que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar curso de aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se nas hipóteses de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/1993" e comprovadas à singularidade e a notória especialização do professor, e considerando ainda que o custo para realização deste curso ficou no valor de **R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)**, conforme proposta que segue em anexo, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense vem justificar o pedido para o seu deferimento, com base no art. 25, II, c/c art. 13, VI, da lei 8.666/93.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Estimular o estudo do fenômeno da corrupção, especificamente em relação à improbidade administrativa.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Familiarizar os discentes com termos e conceitos para a compreensão da efetiva prevenção da improbidade administrativa;
- Promover a argumentação e o raciocínio jurídico em sala de aula sobre improbidade administrativa;
- Engendrar discussões e debates por meio da proposição de problemas e estudo de casos.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1. Condições Gerais

- a. O curso **Improbidade Administrativa I** refere-se ao Módulo XIV do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Estado de Direito e Combate à Corrupção – Turma II.
- b. Será realizado para **uma turma** com total de **setenta alunos**, para magistrados, servidores do Poder Judiciário Tocantinense e de órgãos parceiros - alunos da Pós-Graduação em Estado de Direito e Combate à Corrupção – Turma II.
- c. Para a realização do curso utilizar-se-á a **modalidade presencial**. O desenvolvimento das atividades será em sala de aula da ESMAT.
- d. **A metodologia** além da aula expositiva e dialogada, a aplicação de outras técnicas de ensino-aprendizagem, envolvendo debates, discussão de temas, estudo de caso e trabalhos em grupo.
- e. As aulas acontecerão nos dias 12 e 13 de junho de 2019. No dia 12 das 8h às 12h10 e das 14h às 18h10 e no dia 13 das 08h às 12h10.
- f. As inscrições dos alunos selecionados forma previamente realizadas, como consta no Edital de seleção da Pós-Graduação em Estado de Direito e Combate à Corrupção – Turma II.
- g. A divulgação do curso será realizada pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), por meio da publicação de Edital de Seleção e notícias no *site* da Esmat, Tribunal de Justiça e Intranet.

4.2. Conteúdo Programático

- Lei nº 8.429, de 1992;
- Principais diretrizes da lei;
- Sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função;
- Ilícitos praticados contra a Administração pública direta, indireta ou fundacional;
- Atos de improbidade administrativa;
- Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito;
- Atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário;
- Atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública;
- Das penas;
- Da declaração de bens;
- Do procedimento administrativo e do processo judicial;
- Da prescrição;
- Improbidade administrativa;
- Improbidade Administrativa e Crimes de Responsabilidade;
- Definição de crime de responsabilidade.

4.3 Público Alvo

Magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense, membros e servidores dos órgãos parceiros - alunos da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Estado de Direito e Combate à Corrupção – Turma II.

4.4. Carga Horária Total

- 15 horas-aula.

Ressalta-se que a hora-aula equivale a 50min de duração, conforme preceituam o

artigo 8º, § 1º, da Instrução Normativa nº 001, de 2014, da Esmat e Artigo 8º, inciso III, da Instrução Normativa Enfam nº 8 de 16 de março de 2015.

4.5 Data

- 12 a 13 de junho de 2019;

5. PARTICIPAÇÃO, AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

- As frequências serão registradas manualmente pelo professor em sala de aula, sendo necessário o percentual mínimo de 75% de frequência para aprovação.
- As avaliações do módulo será realizada por meio de atividades disponibilizadas pelo professor, de acordo com a temática da disciplina. O monitoramento de ensino será realizado em todos os módulos e a avaliação de reação será realizada ao final da aula.
- Deverá, ao final, ser aprovado na apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade de artigo científico, deverá ter nota acima de 7,00 no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
- Para a obtenção do Título de Especialização em Estado de Direito e Combate à Corrupção, o aluno deverá integralizar as 360 horas-aula do curso.
- Todos os alunos estarão sujeito às regras estabelecidas na Portaria nº 1.965, de 12.09.2018, e também às regras previstas no Edital próprio do curso.

6. DO VALOR

a) O valor para a realização do curso é de **R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)**, incluídos o valor dos honorários e os impostos que correspondem ao Contratado. As despesas com passagens aéreas, hospedagem, alimentação e traslado em Palmas ficarão por conta da Contratante.

7. DO PAGAMENTO

- A contratada deverá apresentar Nota Fiscal de Serviços com os serviços discriminados.
- Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos serviços contratados com o discriminado na respectiva nota fiscal de serviços e o atesto do gestor do contrato. O atesto do gestor do contrato na nota fiscal de serviços é condição indispensável para o pagamento desta.
- O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, após o protocolo de recebimento da nota fiscal de serviços (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o ÓRGÃO GERENCIADOR), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente;
- O Tribunal de Justiça reserva-se ao direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal de Serviços estiverem em desacordo com os da contratada.
- Todos os atos inerentes ao presente processo obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (SEI).

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- Executar diretamente o objeto contratado, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;
- Comprovar, sempre que solicitado, o cumprimento de suas obrigações com a legislação em vigor;
- Manter absoluto sigilo sobre documentos e dados a que tiver acesso, em decorrência da execução do serviço;
- Manter as condições exigidas para contratação (art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93) durante a vigência do contrato;
- Realizar os serviços no prazo e demais condições estipuladas neste Projeto Básico;
- Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de quatro dias úteis, os motivos que eventualmente impossibilitem a prestação dos serviços no prazo estipulado.
- Comunicar à Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a prestação dos serviços.
- A contratada deve estar ciente de que as certidões negativas serão exigidas anteriormente à publicação da portaria autorizativa de Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação, e, se quaisquer destas expirar sua validade antes da efetiva contratação, deverão ser exigidas certidões atualizadas, conforme art. 2º, § 3º da Portaria nº 97/2010.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Designar o(s) gestor(es) do contrato, dentre os servidores da Escola Superior da Magistratura Tocantinense - ESMAT, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual e atestar o recebimento dos serviços;
- b) Oferecer o suporte logístico e reprodução do material didático.
- c) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e prazo estabelecidos neste Projeto Básico.
- d) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela contratada;
- e) Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- f) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que não atendam aos requisitos constantes das especificações deste Projeto Básico.
- g) Disponibilizar os materiais didáticos e os recursos a seguir discriminados para a realização do curso.

Para sala de aula:

- Computador conectado à internet;
- Computador para projeção dos *slides*;
- Quadro e pincéis;
- Café;
- Água.

10. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

O recebimento do objeto dar-se-á nos termos do art. 73, inc. I, "a" e "b" da Lei nº 8.666/93, compreendendo duas etapas distintas.

- a) O recebimento provisório dos serviços será efetuado mediante a emissão do "Termo de Recebimento Provisório", que deverá ser assinado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato em até cinco dias do início da prestação dos serviços.
- b) O recebimento definitivo será efetuado mediante "Termo de Recebimento Definitivo", assinado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato em até dez dias do término da execução dos serviços.

11. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

a) Sem prejuízo da plena responsabilidade da Contratada, a gestão e fiscalização do contrato será exercida pela servidora **Andréia Teixeira Marinho Barbosa** e na sua ausência a servidora **Tayná Nunes Quixabeira** lotadas na Escola Superior da Magistratura Tocantinense - ESMAT, designados a acompanhar a verificação e análise das especificações dos serviços para que a Contratada cumpra todas as condições estabelecidas.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- a) Nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste instrumento, o Poder Judiciário do Estado do Tocantins poderá, garantida a prévia defesa da empresa, que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:
 - I. Advertência, por escrito, quando a empresa deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;
 - II. Multa compensatória/indenizatória no percentual de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor contratado;
 - III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Poder Judiciário do Estado do Tocantins, pelo prazo de até 2 (dois) anos; e
 - IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- b) Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela empresa, a esta será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor inadimplido.
- c) O Valor da multa aplicada, tanto compensatória quanto moratória, deverá ser recolhido ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário

FUNJURIS, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação.

d) Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, a multa será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pelo Poder Judiciário do Estado do Tocantins ou cobrada judicialmente.

e) Além das penalidades citadas, a empresa ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.



Documento assinado eletronicamente por **Lucilene Aparecida da Silva, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira**, em 20/03/2019, às 14:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Teixeira Marinho Barbosa, Diretora Executiva**, em 20/03/2019, às 15:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2408767** e o código CRC **C5331656**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO -
http://www.tjto.jus.br
Tribunal de Justiça

PROCESSO 19.0.000002220-1

INTERESSADO ESMAT

ASSUNTO

Despacho Nº 24152 / 2019 - PRESIDÊNCIA/DIGER/ASJUADMDG

Trata-se de encaminhamento de Projeto Básico pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense - ESMAT, com fins de contratação de instrutor para ministrar o curso "**Improbidade Administrativa I**" para os alunos da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Estado de Direito e Combate à Corrupção - Turma II do Poder Judiciário Tocantinense", nos dias 12 a 13 de junho de 2019, com carga horária total de 15 (quinze) horas/aulas.

Acolhendo, como razão de decidir, o parecer **ASJUADMDG** (evento 2546309) e, existindo disponibilidade orçamentária (evento 2490640), no exercício das atribuições conferidas pelo inciso IX do artigo 1º do Decreto Judiciário 99/2013, publicado no Diário de Justiça 3045, de 7/2/2013, **DECLARO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, nos termos do inciso II do art. 25 c/c o inciso VI do artigo 13, ambos da Lei 8.666/93, visando à contratação da Professora **Doutora Márcia Noll Barbosa**, para realização do curso em referência, no período de 12 a 13 de junho de 2019, pelo valor de **R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)**, conforme proposta sob o evento 2408837, salientando que o instrumento contratual poderá ser substituído pela Nota de Empenho respectiva, a teor do que dispõe o art. 62 da Lei 8.666/1993.

Encaminho os autos a Vossa Excelência, com a sugestão de ratificação e publicação do ato de inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 26 *caput* da Lei 8.666/93.

Na oportunidade, solicito seja autorizada a emissão da devida Nota de Empenho.



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Demostene Ramos**, **Diretor Geral**, em 29/04/2019, às 15:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2546771** e o código CRC **CC60822E**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO -
http://www.tjtojus.br
Tribunal de Justiça

PROCESSO 19.0.000002220-1
INTERESSADO ESMAT
ASSUNTO

Decisão Nº 1364 / 2019 - PRESIDÊNCIA/DIGER/ASJUADMDG

Trata-se de encaminhamento de Projeto Básico, pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense - ESMAT, com o objetivo da contratação de empresa para realização do curso de "**Improbidade Administrativa I**" para os alunos da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Estado de Direito e Combate à Corrupção - Turma II do Poder Judiciário Tocantinense", nos dias 12 a 13 de junho de 2019.

Tendo em vista os fundamentos expendidos pela **ASJUADMDG** (evento 2546309), e existindo disponibilidade orçamentária (evento 2490640), no exercício das atribuições legais, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, declarada pelo Senhor Diretor-Geral (evento 2546771), nos termos do inciso II do art. 25 c/c o inciso VI do artigo 13, ambos da Lei 8.666/93, visando à contratação da Professora **Doutora Márcia Noll Barbosa**, para realização do curso em referência, pelo valor total de **R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)**, conforme proposta sob o evento 2408837.

Publique-se.

Após, encaminhem-se os autos sucessivamente à:

1. **DIFIN** para emissão da Nota de Empenho respectiva, a qual substituirá o instrumento contratual, a teor do que dispõe o art. 62 da Lei 8.666/1993.;

2. **CCOMPRAS** para envio da Nota de Empenho à contratada; e

3. **ESMAT** para ciência e acompanhamento.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, Presidente**, em 30/04/2019, às 10:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjtojus.br/verifica/> informando o código verificador **2547556** e o código CRC **9EDD537D**.



Governo do Estado do Tocantins

Nota de Empenho

Encerrado até Março

| Identificação | | |
|--|-------------|----------|
| Unidade Gestora | Documento | Emissão |
| 060100 - FUNJURIS | 2019NE01281 | 30/04/19 |
| Credor 60688378072 - MARCIA NOLL BARBOSA | | |
| Valor 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais) | | |

| Classificação | |
|--------------------------------|---|
| Programa de trabalho | 02.128. 1145. 4180 - Capacitação de magistrados e servidores do poder ju... |
| Natureza | 339036 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA |
| Unidade Orçamentária | 06010 - Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário |
| Id. uso | 0 - Não Destinado à Contrapartida |
| Fonte | 240 - RECURSOS PROPRIOS |
| Tipo de Detalhamento de Fonte | 1 - COM DETALHAMENTO |
| Detalhamento de Fonte | 060100 - FUNJURIS |
| Emenda Parlamentar | E0000 |
| Grupo de Liberação de Cotas... | 3 - Própria UG |
| Convênio de Receita | 000000 - Convênio não identificado |
| Convênio de Despesa | 000000 - Convênio não identificado |
| Contrato | 00000000 - SEM CONTRATO |

| Detalhamento | | | | | |
|--------------|---------------------|----------------|---------------------------|---------------|------------------------------|
| Mod. Empenho | Ordinário | Mod. Licitação | 07 - Licitação Inexigível | Emb. Legal | Lei 8.666/93, Art. 25, Caput |
| Origem | 1 - Origem nacional | Data Entrega | 30/04/2019 | Local Entrega | PALMAS |
| Processo | 19.0.000002220-1 | UF | Tocantins | Município | Palmas |

| Itens | | | |
|--|---------------------------------------|----------------------------|----------|
| Tipo Patrimonial | Sub-item da Despesa | Classificação Complementar | Valor |
| 121 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física | 28 - SERVIÇO DE SELECAO E TREINAMENTO | | 4.500,00 |

| Cronograma | |
|------------|----------|
| Abri | 4.500,00 |

| Saldo Dotação | | | |
|---------------|-----------------------|------|---------------|
| Créd. Disp. | Indisponível antes NE | 0,00 | Valor NE |
| 227.900,00 | Pré-Empenhado | 0,00 | Bloqueado |
| | | 0,00 | 4.500,00 |
| | | | Saldo após NE |
| | | | 223.400,00 |

| Observação |
|---|
| Nota de Empenho destinado ao serviço de contratação de instrutor para realização do curso de Improbidade Administrativa I, para alunos da Pós-Graduação Lato Sensu em Estado de Direito e Combate à Corrupção – Turma II do Poder Judiciário Tocantinense, carga horária de 15 horas-aula. Empenho autorizado através da Decisão nº 1364 / 2019 - PRESIDÊNCIA/DIGER/ASJUADMDG (2547556). Nota de Empenho respectiva, a qual substituirá o instrumento contratual, a teor do que dispõe o art. 62 da Lei 8.666/1993. |

| Produtos | | | | |
|---------------------------------------|--|--------------|----------------|-------------|
| Produto | Quantidade | Und. Fornec. | Preço Unitário | Preço Total |
| CURSO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA I | 1 | SERV | 4.500,00 | 4.500,00 |
| Descrição | Curso de Improbidade Administrativa I, na Pós-Graduação Lato Sensu em Estado de Direito e Combate à Corrupção – Turma II, para Magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense, membros e servidores dos órgãos parceiros. | | | |



Documento assinado eletronicamente por **Gizelson Monteiro de Moura, Diretor Financeiro**, em 30/04/2019, às 15:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Demostene Ramos, Diretor Geral**, em 30/04/2019, às 18:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2552392** e o código CRC **FF1D3751**.